

Constituinte garante a terra produtiva

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Acabou ontem o impasse da reforma agrária na Constituinte, com uma importante vitória da União Democrática Ruralista (UDR) e do Centrão: as terras produtivas não poderão ser desapropriadas, como defendia o grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP) e as esquerdas. Através de destaque votado em separado, com muito tumulto, por volta das 19 horas, a necessidade de as propriedades rurais produtivas cumprirem a função social não conseguiu ser aprovada, tendo recebido o apoio de 267 constituintes, 253 votos contra e 11 abstenções. Para ser aprovada seria necessário no mínimo 280 votos. O texto base do relator Bernardo Cabral já havia sido aprovado às 17h10, em votação tranqüila, com 528 votos a favor, quatro contra e quatro abstenções.

Os momentos que precederam a votação foram muito tensos, principalmente quando alguns parlamentares, em sucessivas questões de ordem, alegaram que não haviam assinado o requerimento para a votação em separado da expressão que autorizava a desapropriação. O primeiro a fazer a denúncia foi o deputado José Carlos Valadares, mas o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, lembrou que o requerimento reunia 330 assinaturas, quando bastavam apenas 187. Depois, com novas reclamações,

Ulysses prometeu apurar as denúncias, dirigidas principalmente contra a UDR. O deputado Brandão Monteiro, do PDT, chegou a requerer de Ulysses a abertura de dois inquéritos: um para apurar a fraude em assinaturas de convites para o ingresso de populares nas galerias, ocorrida na semana passada, e o outro para o exame das assinaturas do requerimento de ontem.

DECISÃO

Diante dos protestos, a mesa submeteu o plenário a uma decisão prévia: se devia ou não ser votado o requerimento para o chamado DVS (destaque para votação em separado). O destaque, de iniciativa do Centrão, decidiria se seria ou não mantida a expressão final do parágrafo único do artigo 218, sobre os casos de desapropriações. Esse parágrafo único assegura que "a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". Com o resultado de ontem, a expressão foi eliminada e a propriedade produtiva fica insuscetível de desapropriação, a menos que futuramente, mediante lei complementar, de iniciativa do Executivo, sejam restabelecidos os requisitos básicos para o cumprimento da função social das terras produtivas.

CELEBRAÇÕES

O final da sessão foi marcado pelas manifestações das galerias.

Enquanto os constituintes, cansados, iam rapidamente esvaziando o plenário, lá em cima o grupo da UDR continuava em festa e fazendo ligeira guerra de frases com o grupo, bem menor e abatido pela derrota, dos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e de outras entidades que defendiam o texto das esquerdas.

"Roberto", "Roberto" — gritavam, das galerias, numa homenagem ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais líderes do Centrão. "Flúza", "Flúza", "Daso", "Daso", referências a outros coordenadores do Centrão: Ricardo Flúza (PFL-PE) e Daso Coimbra (PMDB-RJ).

Foi uma réplica perfeita de outras manifestações de regozijo das esquerdas. Não faltou nem o Hino Nacional, parcialmente cantado pela UDR. Nem vivas a essa entidade, "ao progresso", vivas "ao Brasil" e vivas até "ao PDS". Antes de deixar o plenário, o líder da UDR, Ronaldo Caiado, ainda cantou, com seu grupo, a conhecida canção: "Está chegando a hora..."

A íntegra do texto aprovado pela Constituinte está na página 31



Caiado (o primeiro da esquerda apontando o dedo) comemora nas galerias vitória do Centrão.

Sarney reúne o conselho e espera ganhar 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O chamado "conselho dos cinco anos", presidido por José Sarney e integrado por ministros, assessores presidenciais e líderes parlamentares, está confiando na aprovação da emenda Matheus Iensen, que fixa em cinco anos o mandato do atual presidente da República. Estariam garantidos 310 a 315 votos. Ficou decidido em reunião realizada ontem, no Palácio do Planalto, lutar pelo término do mandato de Sarney a 15 de março de 1990 — quando tomaria posse o sucessor, eleito a 15 de novembro de 1989. A emenda do deputado do PMDB do Paraná não define a data de término do mandato atual, apenas estabelecendo a data da eleição.

O "conselho" reuniu-se ontem com a presença dos ministros Prisco Viana, Jader Barbalho, Hugo Napoleão, Iris Resende, Costa Couto e dos líderes Saldanha Derzi, Carlos Sant'Anna e José Lourenço. No palácio, os participantes da

reunião comentaram que, taticamente, o "conselho" prefere revelar "uma pequena dose de pessimismo", para evitar excesso de otimismo quanto ao resultado final da votação — prevista para o final deste mês ou início de junho.

Hoje ou amanhã o presidente Sarney receberá em audiência especial o autor da emenda fixando seu mandato em cinco anos. Matheus Iensen informou, ontem, que não vai retirar sua emenda, o que poderia provocar a prevalência dos seis anos previstos na atual Constituição, se rejeitada a emenda dos quatro anos. "O presidente Sarney já se definiu pelo mandato de cinco anos, como estabelece nossa emenda", disse Iensen.

Os membros do "conselho dos cinco anos" estão novamente fazendo o "cercor" a parlamentares de diversos partidos, numa verdadeira ação "homem a homem", para consolidar a maioria na Constituinte a favor da emenda Iensen. Cada ministro está encarregado de "trabalhar" determinado número de parla-

mentares, ouvindo os problemas e tentando resolvê-los.

PROBLEMAS NA PREVIDÊNCIA

Por enquanto, estão surgindo mais dificuldades na área da Previdência Social — justamente a pasta ocupada pelo ministro Renato Archer, até recentemente afinado com os "independentes" do PMDB, que defendem eleições presidenciais ainda este ano. Estão sendo equacionados problemas criados na área da Previdência em vários Estados, entre os quais Goiás e Ceará. No Ceará, os dez deputados do PFL queixaram-se, por escrito, da investida do PMDB contra cargos que o partido detinha no Estado, no setor da previdência.

Da reunião de ontem com Sarney participaram, além dos ministros e líderes, os assessores Thales Ramalho e Henrique Hargreaves. A previsão foi a de que a emenda dos cinco anos poderá ser aprovada por 310 a 315 votos, de um total de 559 constituintes.

Afif acha que moderação venceu

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O resultado de ontem na Constituinte foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa. A opinião é do deputado Guilherme Afif Domingos (PFL-SP), que, no entanto, fez um alerta: "Diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney", não será impossível que, mesmo consagrada na Constituição a intocabilidade das terras produtivas, sejam feitas desapropriações.

Como exemplo de sua preocupação, Afif Domingos lembrou que, há algum tempo, "por incompetência", quase toda a área da cidade de Londrina foi desapropriada para execução de reforma agrária. Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes mais influentes do Centrão, discorreu de que o colega afirmando que, agora, "o caso está encerrado".

O deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) concorda que foi uma vitória do bom senso e das for-

ças produtivas interessadas no desenvolvimento econômico do País sem descuido das obrigações sociais. Ele observou que não é só distribuindo terras que se consegue produzir alimentos.

Os integrantes dos grupos de esquerda reconheceram a derrota, mas logo partiram para a suspeição de fraude. É o caso do deputado Amaury Müller (PDT-RS), para quem a emenda do deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) recebeu assinaturas de apoio suspeitas. Ele acredita que a comprovação da fraude anulará o resultado de ontem. O PDT, segundo adiantou o deputado, lutará para que haja uma completa investigação das acusações de irregularidades nas assinaturas dos deputados José Carlos Vasconcelos (PE), Luis Freire (PE) e Aécio Neves (MG), todos do PMDB.

A liderança do Partido dos Trabalhadores na Constituinte divulgou nota, assinada pelo deputado Luiz Inácio da Silva (SP), afirmando que "nenhuma das normas relativas

à reforma agrária em votação no plenário fornece um instrumento eficaz para realizá-la. Ambas são instrumentos precários que, se não impossibilitam a reforma, deixam sem solução os obstáculos administrativos que estão provocando demora excessiva das desapropriações".

A nota do PT diz ainda que "é lamentável que os constituintes, temerosos da reação de uma infima minoria de grandes latifundiários, tenham se recusado a aprovar uma regulamentação da propriedade rural apta a dar solução aos gravíssimos problemas sociais que estão conflagrando o campo brasileiro".

O documento acrescenta: "Torna-se fútil a vacilação que nem a emenda de fusão apresentada pelas bancadas progressistas para estabelecer tamanho aos latifúndios e a imissão imediata de posse das propriedades desapropriadas chegou a ser incluída na pauta das votações". O deputado Roberto Freire (PCB-PE) também contestou o resultado da votação.

Centrão e UDR comemoram vitória

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um clima de apreensão dominou o lado direito do plenário da Assembleia Nacional Constituinte, marcado pelos integrantes do Centrão, durante toda a votação do capítulo que trata da reforma agrária. Segundos antes de sair o resultado, Sarney retiraria da futura Constituição a possibilidade de desapropriação de terras produtivas, Ricardo Flúza (PFL-PE) estava atônito, assim permanecendo quando o placar apontou a primeira vitória do grupo nos últimos dias. Ele nem sequer comemorou imediatamente porque custou a acreditar no que via: "Depois de tanto sacrifício, esse resultado foi mais do que justo", declarou.

Até que se chegasse a este resultado, muitos problemas foram enfrentados pelos integrantes do Centrão. Logo no início das votações, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) lamentava: "Alguns nem sabem o que é DVS (Destaque de Votação

em Separado) e ainda ficam fazendo resistência para seguir a nossa orientação". Para a deputada Rita Furtado (PFL-RO), entretanto, o maior problema que o grupo enfrenta é que "a esquerda é monolítica e o Centrão é completamente heterogêneo, daí a dificuldade de convencimento dos seus membros. Temos que conversar longamente com cada um para termos certeza da garantia do voto". E completou afirmando que o Centrão "tem preguença até para bater palmas", ao puxar as palmas para o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que acabava de defender, em plenário, a necessidade de aprovação do DVS, que retiraria do texto o trecho que permitia a desapropriação da propriedade produtiva.

Um dos momentos de maior tensão aconteceu quando ia ser aprovado o encaminhamento para este DVS, pois diversos deputados anunciaram que seus nomes estavam indevidamente incluídos na lista das adesões à aprovação do des-

taque. Muito assustado, Alysson Paulinelli (PFL-MG) reuniu-se com o assessor da UDR, Fábio Sabóia, e com Luis Eduardo (PFL-BA). Bonifácio de Andrada e um funcionário do Centrão conferiram os nomes nas listas de adesões aos destaques. Aliviados, descobriram então que o destaque em votação era o de número 2.279 e não o 2.278, como imaginava a esquerda. "Mentirosos, traidores", gritava o deputado Benito Gama (PFL-BA) para os constituintes da esquerda. "Estellonatórios", respondia a esquerda. Quando Ulysses Guimarães anunciou que acatava o destaque, veio a comemoração e um grande abraço entre Paulinelli e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS).

Novos comentários surgiram quando o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) tentou agredir José Lourenço (PFL-BA). Roberto Brant (PMDB-MG), que estava perto afirmou: "O Paulo Ramos pensa que continua na polícia e pode sair batendo nos outros".

Montoro Filho pede demissão do BNDES

Por divergir da duração do mandato do presidente Sarney, que na sua opinião deve ser reduzido para quatro anos, o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), André Franco Montoro Filho, apresentou ontem, em Brasília, sua demissão. Numa rápida audiência com Sarney, de apenas dez minutos, Montoro Filho entregou ao presidente seu pedido de afastamento, junto com uma avaliação do governo.

Ao deixar o Palácio do Planalto, ele afirmou que segue a orientação

política de seu pai, o ex-governador Franco Montoro, mas não confirmou se, com o afastamento do BNDES, vai participar da campanha para indicar o candidato à Presidência da República.

Montoro Filho, que ficou no BNDES durante três anos e meio, destacou que não tem críticas à política econômica do governo Sarney, acrescentando que, agora, volta a dar aulas na Faculdade de Economia e Administração da USP e talvez vá trabalhar na iniciativa privada.

"L.A. Times" está certo, diz almirante

O almirante Mucio Piragibe de Bakker concordou ontem com o comentário do jornal Los Angeles Times de que os militares brasileiros continuam mandando na política, e disse que "se o sistema de governo fosse parlamentarista haveria uma influência militar menor". Mucio Piragibe foi diretor da Escola de Guerra Naval, a instituição de altos estudos estratégicos da Marinha, e é o atual secretário executivo da Comissão de Cartografia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ESG faz o perfil do líder sindical: apto, sério, maduro

MAGDA DE ALMEIDA

Esclarecido, apto, competente, sério, maduro, seja quem for, seja qual for a filiação político-partidária: este é o perfil ideal do líder sindical — trabalhador ou empresarial — que o País precisa, no entender da Escola Superior de Guerra (ESG). Só este líder sindical será capaz de preservar o interesse nacional, mesmo porque, segundo o professor Marcos Coimbra, chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG, "enquanto tivermos lideranças fracas de um lado e de outro, a nau pode soçobrar".

Além do professor Coimbra, outros representantes da Escola Superior de Guerra falam ao Estado sobre as propostas da Constituinte para um novo sindicalismo: Pedro Figueiredo, chefe da Divisão de Assuntos Políticos, e Ubiratan Macedo, chefe da Divisão de Assuntos Psicosociais.

Estado — Qual é o tipo de líder

sindical que interessa hoje à ESG?

Coimbra — Se tivermos, dos dois lados, dialogando, pessoas aptas, o interesse nacional, que é nossa maior preocupação, será preservado. Mas, enquanto tivermos lideranças capengas, que não sabem expressar-se, que não têm respaldo cultural e teórico, vai ser difícil um diálogo. A realidade atual é que as pessoas que falam e agem sabendo que não têm respaldo sentem-se inseguras e partem para a agressão, tentando, assim, impor suas idéias. Esse é o grande risco que eu visualizo.

Ubiratan — Se se criar uma estrutura sindical que faça competição com os partidos políticos, vai ser impossível ter a democracia no Brasil. O nosso grande problema hoje é a ausência de partidos políticos definidos, estáveis, fortes. E eles não se fortalecerão se tiverem, por exemplo, sindicatos poderosos, ultraricos, dando assistência médica. Desse modo, a disputa política, ao

invés de ser feita através dos partidos, passa pelos sindicatos.

Estado — De que maneira esse poder dual irá repercutir sobre os partidos?

Figueiredo — Teremos partidos frágeis, pulverizados de um lado. De outro, sindicatos monopolistas, fortes, dominando tudo de cima para baixo. Como um oligopólio.

Estado — Na opinião dos senhores, isso seria uma consequência natural das mudanças ou faria parte de uma estratégia voltada justamente para a pulverização dos partidos?

Ubiratan — Seria então uma estratégia perversa, oriunda de grupos, tanto de patrões como de empregados, que estão no controle sindical há mais de 40 anos e que querem impedir o surgimento de novas lideranças.

Coimbra — Pelo visto, nós estamos regredindo. Estamos remando contra uma onda renovadora que já atravessa o mundo inteiro. Se hou-

ver um pluralismo sindical, os melhores fatalmente vencerão ao longo do tempo. Se, ao contrário, impuserem esta camisa-de-força, as piores lideranças se incrustarão e impedirão que as novas, mais capazes, apareçam, viabilizando esses anseios que correm no mundo inteiro.

Ubiratan — Aliás, esta proposta é antiga: corporações matando partidos políticos. Este é um filme que já vimos na década de 30. Sindicatos que dão assistência médica, por exemplo, não são mais sindicatos, mas corporações verticalizadas que suplantam os partidos políticos. Vamos ressuscitar uma CGT onipotente. Criar superestruturas sindicais.

Estado — Onde a doutrina da ESG se choca com as propostas sobre esse novo sindicalismo?

Figueiredo — Para a ESG o importante é que haja uma preocupação maior com os interesses globais do País. Percebemos que as propostas já se encontram num estado adiantado, mas ainda não é possível criar-se mecanismos de maior

flexibilidade contra esse verticalismo brutal que querem dar ao movimento sindical brasileiro. Ao começarem a ter uma aplicação mais prática, esses excessos vão encontrar resistências naturais dentro da sociedade e, fatalmente, deverão ser reformulados. Esta é, pelo menos, a nossa esperança.

Estado — A Constituinte surpreende a Nação em momento de grande crise. Isso não tornaria o brasileiro mais vulnerável a esse tipo de apelo messiânico embutido nas propostas desse novo sindicalismo?

Ubiratan — Esse tipo de sindicalismo não tem nada a ver com progressismo. O que estamos vendo hoje é um retrocesso fascista.

Coimbra — Ele acaba evitando que surjam lideranças espontâneas e autênticas, de que nós tanto precisamos.

Estado — Por que no meio empresarial não surgem líderes tão carismáticos quanto no meio sindical?

Ubiratan — No momento em que defendemos o pluralismo sindical, é para os dois lados, empregados e patrões. Nós carecemos de líderes em todos os níveis. Já constatamos, na prática, que há lideranças maravilhosas. Mas eles não detêm o cargo. Então não podem se manifestar e quando o fazem é quase clandestinamente.

Figueiredo — As nossas esperanças têm que ser depositadas justamente nas lideranças mais lúcidas que vão surgindo agora.

É importante que essas lideranças percebam que não podem matar a galinha dos ovos de ouro. Eles dependem do regime, do mercado, a empresa tem que viver para que o empregado melhore o seu padrão de vida.

Coimbra — Tanto empregado quanto patrão estão no mesmo barco, hoje. Se a nau afundar, todos afundam juntos.

Rio/Agência Estado